

Via colonial, o tempo das crises e a necessidade um programa econômico de esquerda: socialismo ou a tragédia da barbárie cotidiana ainda hoje

Colonial capitalism, the time of the crisis and the need for an economical program: Socialism or the tragedy of daily-life Barbarism still

Vitor Bartoletti Sartori*

Resumo: A partir da investigação dos apontamentos de J. Chasin sobre a especificidade da via colonial de entificação do capitalismo, teceremos breves apontamentos sobre a persistência do que o autor paulista chamou de miséria brasileira. Nossa tese é a de que as mudanças no capitalismo contemporâneo ainda não foram apreendidas de modo adequado pela esquerda devido a circunstâncias subjetivas e objetivas. De um lado, no Brasil, a herança da analítica paulista ainda permanece – mesmo que na forma de pastiche – como o grande referencial teórico das posições à esquerda; de outro, as derrotas da classe trabalhadora nas últimas décadas ainda não foram digeridas e um agente social interessado na mudança substancial na tessitura da sociedade não surgiu. Com isso, a natureza regressiva do capitalismo nacional resta intocada ou, ainda pior, passa a ser vista como um dos elementos resolutivos por parte da pseudoesquerda tupiniquim. O resultado é a persistência da falta de um programa econômico alternativo, o rebaixamento das expectativas populares e o ganho de espaço de uma perspectiva de extrema-direita. Defendemos, assim, a ideia de que a via colonial de entificação do capitalismo persiste em suas determinações essenciais e não é superada no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: J. Chasin; via colonial; miséria brasileira; pastiche do politicismo.

Abstract: Based on the investigation of José Chasin's notes on the specificity of the colonial path of capitalism, we will briefly discuss the persistence of what the author from São Paulo called Brazilian misery. Our thesis is that the changes in contemporary capitalism have not yet been properly understood by the left due to subjective and objective circumstances. On the one hand, in Brazil, the legacy of the so-called São Paulo analytic remains – even if in pastiche form – as the great theoretical reference for left-wing positions; on the other hand, the defeats of the working class in recent decades have not been digested yet and a social agent interested in a substantial change of society has yet to emerge. As a result, the regressive nature of national capitalism remains untouched or, even worse, is now seen as one of the resolute elements by the Brazilian pseudo-left and the result is the lack of an alternative economical program, the relegation of the left world view and the growth of the extreme-right perspective.

We argue that the colonial path of establishing capitalism persists in its essential determinations and has not been overcome in contemporary Brazil.

Keywords: Chasin; colonial path; Brazilian misery; politicism pastiche.

* Mestre em história social pela PUC-SP, doutor em filosofia e teoria geral do direito pela USP, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: vitorbsartori@gmail.com. Orcid: 0000-0001-9570-9968.

Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.

J. Chasin

Introdução: o cenário atual do Brasil e as circunstâncias de publicação de *A miséria brasileira*

A republicação de *O futuro ausente* (2023) de J. Chasin pela Verinotio Livros trouxe as marcas das eleições de 2022. De um lado, o decurso do pleito foi marcado pela extrema-direita desavergonhada, que conclamou às claras o desejo de realizar um golpe de estado e de acabar com os resquícios dos elementos minimamente progressistas, decorrentes do processo de transição posterior ao fim do regime ditatorial bonapartista. Em meio a artimanhas das mais sujas (basta pensar na operação da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno e nas cenas sobre as urnas eletrônicas), a direita política mostrou mais uma vez sua face bárbara e inescrupulosa enquanto reivindicou explicitamente o legado da repressão dos 21 anos que sucederam o 1º de abril de 1964. Sob um véu tosco e quase atrapalhado, e para a surpresa dos defensores do “estado de direito” e da “democracia” institucionalizados autocraticamente depois de 1985, as viúvas da ditadura ocuparam os espaços deixados pela esquerda nas ruas e nas instituições. Tal cenário já era visível na época, no entanto, ocorreu algo que pareceu contrariar tal cenário: a eleição conclamou Lula como presidente, e não Jair Bolsonaro.

Por conseguinte, o que, por outro lado, vendeu-se como a alternativa civilizada às barbáries da extrema-direta conseguiu triunfar nas eleições. Ademais, mesmo que timidamente, lemas vinculados à igualdade e à justiça sociais, e não à violência institucional explícita, voltaram aos holofotes. A encenação do pleito de 2022 teve efetivamente vestes à esquerda e, também por isso, para muitos dos que apoiaram a frente encabeçada por Lula, o futuro não estaria mais ausente, mas poderia finalmente triunfar, porque a antítese e o remédio ao extremismo de direita voltariam a ter destaque. Consequentemente, a publicação do texto chasiniano ocorria no momento que parecia contradizê-lo.

O cenário de publicação de *A miséria brasileira*, contudo, não é mais o mesmo do de 2022. O terceiro mandato de Lula contou e conta, inclusive, com o apoio das Organizações Globo e, ao contrário do que acontece com a extrema-direita, não possui como marca uma militância aguerrida e ativa. Se nas eleições foi preciso mobilizar as

forças de esquerda, a governabilidade do executivo converteu os lemas da esquerda política em moderação, tolerância, democracia e responsabilidade (fiscal). Em teoria – uma teoria frágil certamente –, tratar-se-ia de bandeiras cuja força estaria em apartar as instituições democráticas do canto da extrema-direita e de qualquer posição ligeiramente antiliberal no campo da economia. Ou seja, a estratégia perfeita para a derrota da extrema-direita passou a assentar-se no absurdo da abdicação de quaisquer posições econômicas minimamente ligadas à esquerda. À vista disso, o que foi defendido na esfera pública e, principalmente, na campanha eleitoral foi imediatamente contradito ou, ao menos, temperado com o receituário mais ortodoxo da micro e da macroeconomia. Por essa razão, o remédio oposto ao avanço da extrema-direita também conta com um jogo de cena, no mínimo, dúbio, mas, para os mais bem-avisados, já esperado e verdadeiramente farsesco.

Diante dessa situação, vale perguntar: qual é esse remédio defendido pelo lulismo? Que antítese é advogada pelo petismo? Subjacente a esses questionamentos, está a natureza da oposição ao avanço da extrema-direita e, em verdade, a primeira constatação é a de que a antítese a essa posição política não foi o questionamento substantivo das relações sociais capitalistas. Conseqüentemente, tal qual quando Chasin escreveu *O futuro ausente*, a esquerda está morta. Trata-se de uma suposta antítese ao bonapartismo que não consegue questionar, mesmo que minimamente, a ordem e os imperativos do capital.

Tudo fica pior quando a percepção da “frente” que apoia o terceiro governo Lula nem sequer pode se colocar à esquerda. E ela, cada vez mais, deixa de reivindicar tal identidade. A suposta antítese direta à extrema-direita, na prática, foi a direita, a reconciliação com as forças do atraso, com os apoiadores das Organizações Globo e com um judiciário conservador. A chamada “terceira via” entre Lula e Bolsonaro, conclamada pela mídia oligopolista, são os próprios Lula e o petismo, temperados pela política econômica do ex-professor Haddad e pelo ex-tucano, e agora grande camarada, Alckmin.

A efetividade das vestes de esquerda, com as quais se venceu as eleições de 2022, é a realização pueril de tarefas burguesas tipicamente ligadas à direita. Como mencionamos em nossa análise sobre o “Pastiche do politicismo” (2023), na forma de pastiche, a luta contra a dependência, o autoritarismo, a marginalidade, o populismo, contra a desigualdade etc. pareceu poder ser encaminhada depois de seis anos dos governos Temer e Bolsonaro. Nesse cenário, para parte substancial da autoproclamada

esquerda, o remédio definitivo para a situação delicada de crise social – remédio este que apareceu no ideário político que mobilizou as eleições – seria repetir as mesmas palavras de ordem do momento pré-1964. Formados sob a ideologia uspiana da analítica paulista e sem qualquer desenvolvimento teórico posterior, o petismo procurou insistir em suas origens intelectuais, pois não pode evoluir intelectualmente. Para não mencionar os problemas mais óbvios a que essa suposta solução dá ensejo e que já abordamos em nosso texto acima referenciado, basta dizer que as doses e a roupagem dessas visões de mundo já foram abrandadas em muito pelo governismo e pelo lulismo, e o resultado foi a desidratação daquilo conhecido como analítica paulista e que, como estipulou, entre outros, Antonio Rago Filho em seu texto “A filosofia de José Arthur Giannotti” (2008), foi essencial e fundamentalmente adstringido.

Hoje, a proclamação de ideias progressistas já não ocorre no campo econômico ou no desenvolvimento minimamente participativo de movimentos sociais e da militância governista. Depois de dois anos de governo, os ideais liberal-democráticos, por sua vez, já vêm a reboque de uma política econômica fortemente conservadora e ortodoxa.

Em sequência, e ironicamente, a morte da esquerda nem sequer é vista como um exagero pelos governistas mais cínicos. Em última análise, ela passa a ser um lema das alas mais tecnocráticas do governo, e mesmo do presidente, que proclamam a responsabilidade fiscal e uma concepção putrefata de democracia como a base do combate à extrema-direita. Tal qual estipulou Chasin em *O futuro ausente* e em *A miséria brasileira*, o novo continua pagando tributo ao velho e a reconciliação pelo alto dá a tônica do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Dessa forma, há algo de cínico, que já estava presente nos dois primeiros governos Lula, mas que se fortalece agora significativamente: as ilusões do (neo)desenvolvimentismo são abandonadas sem qualquer ideário explícito e consciente para substituí-las. Ou seja, passa a ser inquestionável que as eleições de 2022 foram um jogo de cena e não resta possibilidade de o discurso equivocado da esquerda anterior a 1964 fazer algum sentido que não seja farsesco – e colocado na forma de pastiche – ainda hoje, quando se encontra em estado avançado de putrefação.

Que a superioridade do que Chasin (2000; 2001) chamou de quadrúpede teórico seja evidente diante da ausência completa de teorização por parte dos petistas atuais é algo óbvio. Porém, tal constatação não é argumento para a retomada de algo que somente condiz com as ilusões já perdidas de uma esquerda em crise. A diferença

de sofisticação e de requinte entre os teóricos de ontem e de hoje escancara que as peculiaridades do capitalismo nacional ainda não foram apreendidas com o devido cuidado pelos ideólogos da pseudoesquerda. E, também por isso, a republicação das análises políticas chasinianas sobre o Brasil de seu tempo pode ser fundamental.

Por isso, pretendemos justamente demonstrar que *A miséria brasileira* fornece um aparato categorial ainda rico para a compreensão e a crítica da situação do Brasil atual. Ademais, explicitaremos que o resultado da incompreensão prática e teórica da especificidade do capitalismo brasileiro é a infeliz atualidade de *O futuro ausente*.

Quando a morte da esquerda e o cadáver insepulto da pseudoesquerda, criticados fortemente por Chasin (2023; 2001), apareceram como um pastiche (cf. SARTORI, 2023), um requisito para a atividade crítica é uma teoria digna de tal nome. No entanto, ávido por fazer frente à extrema-direita, o governismo defende a si mesmo como a única alternativa possível e desejável e, dessa maneira, qualidades programáticas ou teóricas necessárias ao campo da política tornam-se relíquias de puristas e, diriam mesmo alguns, de esquerdistas. Por conseguinte, longe de rasgar horizontes, a autoproclamada esquerda não traz perspectivas e posições claras e passa a se confundir com seus inimigos de outrora, por vezes literalmente, como no caso do respeitável Geraldo (Camarada) Alckmin.

O quociente dessa equação é que ao lado da tragédia cotidiana da vida no capitalismo de extração colonial está a farsa de posições políticas supostamente à esquerda, que se pretendem gestoras do capital atrofado, ao mesmo tempo em que se curvam diante de seus imperativos. Sem qualquer programa econômico alternativo, o ex-professor Fernando Haddad é um amigo do agro e das mineradoras, os quais, por seu turno, perfazem duas das alas menos fisiológicas favorecidas pela política econômica de um governo com tantas relações temerárias com conglomerados econômicos. Se Chasin (2000) foi muito claro quando afirmou que não havia qualquer programa econômico alternativo nas eleições de 1989, de 1994 e de 1998, o que se constata é a continuidade desse vácuo ainda hoje. A consequência é que a direita prolifera nesse espaço e draga as perspectivas minimamente progressistas. Acreditamos que, diante desse cenário desolador, deve-se apreender o que efetivamente precisa ser superado e, pelo que mencionamos, não se trata de marginalidade, autoritarismo, dependência, populismo. A via colonial para o capitalismo e a conseqüente incompletabilidade do desenvolvimento autóctone da economia nacional persistem e a compreensão sobre a miséria brasileira e suas bases

sociais e ideológicas, há, novamente, de ser destacada para que seja possível explicitar a miséria e a barbárie das facetas do capitalismo contemporâneo no Brasil.

Sobre a impossibilidade do esquematismo, a necessidade do reconhecimento das derrotas da esquerda e o tempo das crises

A derrota das forças progressistas necessita receber os devidos reconhecimento e atenção. Por um lado, a autocrítica fundamenta tal necessidade. Por outro, não há quaisquer oblívios quanto à imprescindibilidade de lutas defensivas diante do avanço dos imperativos capitalistas e, em especial, da extrema-direita. Por essa razão, a defesa de direitos trabalhistas básicos diante da contrarreforma trabalhista, a crítica ao sucateamento do sistema básico de saúde, a defesa de educação de qualidade, a devida punição àqueles envolvidos em tentativas de golpe de estado, dentre outras lutas, possuem importância para que a barbárie cotidiana não avance violentamente. Com isso, afirmamos algo que deveria ser óbvio: é impossível abandonar o terreno das lutas políticas cotidianas, embora seja inviável recusar-se a superar a imediaticidade dessas lutas e a teorizar com rigor sobre as bases materiais e ideológicas sobre as quais elas se assentam.

Dificuldades e percalços são inerentes às lutas sociais e ao entendimento das relações sociais que lhes dão fundamento. Os meandros dos embates classistas (aqui também, por óbvio, presentes as vicissitudes de questões vinculadas a raça e gênero) apontam para o caráter complexo e multifacetado dos embates diuturnos, os quais ocorrem em um pano de fundo específico, um modo de produção em crise. Com isso, há dois extremos que necessitam ser evitados. Em primeiro lugar, deixar de lado as nuances das lutas cotidianas em favor da oposição central ao modo de produção capitalista, aquela entre trabalho e capital, significa abraçar uma solução rústica. No entanto, igualmente problemático é enxergar os embates diuturnos entre os diversos indivíduos e grupos sociais sem se ater à mencionada oposição fundamental. Tal posição redundante em uma apreensão apressada da realidade social. Como resultado, as especificidades do capitalismo contemporâneo, da entificação e desenvolvimento desse capitalismo no Brasil, bem como dos rumos da formação social brasileira e da via colonial de entificação do capitalismo estão perpassadas por classe, raça, gênero, na medida em que se articulam em torno de um tempo específico do sistema capitalista de produção, um tempo de crises. Por conseguinte, os temas que elencamos acima, dentre eles a derrota e a morte da esquerda, remetem a essas dimensões, articuladas na figura mais contemporânea do capitalismo mundial, que, obviamente, necessita ser

compreendida com rigor.

Há, contudo, dificuldades nessa empreitada e elas se vinculam tanto à articulação da diversidade de determinações ao momento preponderante da reprodução do ser social quanto ao entendimento da anatomia das próprias relações econômicas. Se foi possível pensar com Lênin (2005) o imperialismo, com Mandel (1985) o capitalismo tardio, as teorizações enfocadas nas novas tecnologias como as de Schaff (1990) e de Lojkine (2002) fazem sucesso e dão a tônica do debate contemporâneo ao mesmo tempo em que estão maculadas por certa ânsia em dar a resposta definitiva (por vezes, simplista) sobre o capitalismo contemporâneo e sobre a crise do assim chamado socialismo real. Assim, ousamos dizer que parte das razões teóricas da crise das posições à esquerda está na mencionada ânsia e na adoção de teorizações apressadas e superficiais.

Não nos equivoquemos: logicamente, é premente apreender as determinações do capitalismo contemporâneo. Entretanto, a apropriação reta das determinações do real depende tanto de uma bagagem intelectual adequadamente compreendida e atualizada quanto de algo que escapa à simples vontade política, a saber, da “emergência de um agente social interessado em subverter muito mais do que as simples mazelas da falsa esquerda” (CHASIN, 2001, p. 26). Consequentemente, os descaminhos e a crise da esquerda decorrem tanto de falhas organizativas e teóricas quanto de uma condição social objetiva, em que a crise do capitalismo é acompanhada da crise daquilo que alimentou a esquerda revolucionária do século XX, a saber, o marxismo mais ou menos vulgar e o obreirismo centrados no proletariado fabril da grande indústria.

Que fique claro, não defendemos qualquer fim da história, adeus ao proletariado ou imobilismo político. Como disse Chasin, “não é o fim dos tempos, mas é o tempo das crises” (CHASIN, 2012, p. 60). O capitalismo está em crise e o crescimento da extrema-direita expressa um sintoma dessa situação, em que parcelas do proletariado passam a apoiar indivíduos como Trump e Bolsonaro. Mais do que nunca a necessária luta política não pode se alimentar das mesmas ilusões de outrora, sejam elas de uma espécie de marxismo adstringido, de um desenvolvimentismo ligado à Cepal ou do marxismo vulgar marcado pelo culto do proletariado industrial. Entretanto, nesse contexto, há outro elemento dificultador, que se encontra no fato de que a perda dessas ilusões tanto abre horizontes quanto congrega o cinismo da extrema-direita e a permanência do comportamento farsesco do cadáver insepulto da

pseudoesquerda.

Tal situação, de certo modo, abre o caminho para uma apreensão não ilusória da real condição do presente, em que a crise é uma constante. Nesse contexto, respostas simples e esquemáticas, trazidas pelo baixo clero acadêmico, partidário ou militante constituem “o império do baixo nível”, que “é o reino da contrarrevolução”. E, com isso, complementa Chasin, “não se faz respeitar pelos adversários, não se impõe aos inimigos e simplesmente ilude a militância despreparada” (CHASIN, 2001, p. 49). Em outras palavras, a dubiedade do presente figura na simultânea abertura para o novo e manutenção enérgica, violenta e brutal do velho, em especial, com o reforço da extrema-direita.

Ademais, a fórmula mais acabada para derrotas suplementares está no esquematismo e no ímpeto, que mencionamos acima, em que, na grande maioria das vezes, as concessões às posições burguesas é a estratégia para conter a extrema-direita. A autoproclamada esquerda tanto realiza o trabalho da direita política quanto revigora da pior maneira possível o politicamente velho. E, como já advertimos com Chasin, “quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana” (2000, p. 287). Nesse sentido, não basta a consciência sobre o tempo das crises, pois é preciso explicá-las e apreender as derrotas da própria esquerda como constitutivas desse tempo.

J. Chasin, na contramão do catastrofismo de autores como Kurz (2001) e Mészáros (2002), e de modo muito diverso da nova esquerda, reconhece as dificuldades elencadas e estabelece um ponto de partida interessante em *A miséria brasileira*:

Viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*. De cada crise do capital não tem brotado o *novo*, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade. Em palavras diversas: a reprodução ampliada do capital, contemporaneamente, reproduz a si mesmo em proporções inauditas, ao mesmo tempo que reproduz em tamanho correlato sua crise constitutiva. Trata-se da reconversão administrada da crise em meio de existência. (CHASIN, 2000, pp.181-2)

Antes de qualquer outra coisa, a problematidade do modo de existência do capital perfaz seu próprio conceito, que, como estipulou Marx (2013), demanda uma existência vampiresca e que tem como negativo a crise, como bem argumentou Jorge Grespan (2012). Não há nada absolutamente de novo em ressaltar a problematidade do capital.

Subjacente a tal caráter problemático, entretanto, sempre esteve certo avanço, pois, nos seus elementos mais básicos, a relação-capital encaminha o desenvolvimento de forças produtivas tendo em sua retaguarda o incremento de capacidades humanas, mesmo que de modo estranhado. Classicamente, esse incremento, por seu turno, vincula-se ao desenvolvimento do novo, expresso na figura de uma classe capaz de subverter a própria ordem do capital ao passo que, para tanto, não prescinde de superar sua própria existência estranhada, o moderno proletariado. Sinteticamente, o caráter contraditório da existência da forma econômica do capital constitui-se enquanto, mesmo em seus elementos mais abstratos, a relação-capital encaminha possibilidades que indicam a sua supressão futura. O capital tanto vilipendia a natureza e o trabalho quanto propicia condições para que esse aviltamento cesse com o devir de um modo de produção distinto.

O que Chasin destaca como crise na passagem acima constitui-se além dos elementos trazidos por Marx no Livro I de *O capital*, embora também os pressuponha. Em verdade, a propositura chasiniana avizinha-se tanto do que Marx e Engels (2007) destacaram em *A ideologia alemã* – quando defenderam a ideia de que as forças produtivas se transformariam em forças destrutivas – quanto do que é estudado no Livro III (2017), em que se estipula que a missão histórica do modo de produção capitalista (o avanço das forças produtivas) deixa de ser cumprida pela entificação da relação-capital depois de determinado momento. Ainda sobre o estudo de *O capital*, a referência chasiniana à reprodução ampliada não prescinde do estudo do Livro II (2015) e, posteriormente, dos debates de autores como Rosa Luxemburgo (1970). Ou seja, o entendimento de que “viver e sobreviver para o capital tornou-se existir *na e através da crise*” (CHASIN, 2000, p. 181) demanda a compreensão do “todo artístico” que a obra magna de Marx perfaz e leva aos embates sobre a reprodução ampliada. Nesse sentido, ainda hoje, a obra marxiana é de uma atualidade retumbante quando se busca apreender o sentido do tempo das crises.

Há, todavia, novidades que caracterizam o tempo presente e ainda demandam estudos suplementares. A fim de assimilar as determinações do capitalismo contemporâneo, urge explicar por que “de cada crise do capital não tem brotado o *novo*, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematicidade” (CHASIN, 2000, p. 180); ao que nos parece, não obstante muitos esforços louváveis, isso não tem sido feito de modo suficientemente cuidadoso e aprofundado.

Para remetermos a autores que fundamentam o debate marxista do presente, seguidores de Kurz tendem a focar unilateralmente o Livro I de *O capital* e, não raro, caem em catastrofismo e em respostas quase tautológicas sobre a autovalorização do valor. Mészáros (2002), por um caminho distinto, enuncia uma crise estrutural do capital, não raro, como uma espécie de crise terminal. Assim, por vezes, tais autores reafirmam o caráter essencialmente contraditório do capital sem abordar temas concretos como queda da taxa de lucro, reprodução ampliada do capital, desequilíbrio entre os departamentos I e II, oposição entre preço e valor, duplicação existente entre titularidade jurídica e posse efetiva da propriedade, capital fictício, dentre outros. No caso de Mészáros, são escassas as remissões a dados e, recorrentemente, seus enunciados tornam-se petições de princípio para que desenvolva “leis” cuja comprovação precisaria de muito estudo, como a “lei da taxa de uso decrescente”. Kurz e Mészáros, portanto, realizam algo muito importante quando não abandonam a necessidade de superação do capitalismo e do estado, também quando remetem à lei do valor. Contudo, parece haver pressa em demasia ao oferecer uma teoria sistematizada sobre a atual configuração do domínio do capital.

Sob outra ótica, e geralmente amparados nos estudos de Baran e Sweezy, mesmo que de modo remoto, autores como Bellamy Foster e Fred Magdoff (2009) tratam de temas mais concretos, como os mencionados acima, usualmente, com uma posição que secundariza a teoria do valor marxiana em prol do tratamento da crise econômica por meio do conceito keynesiano de demanda efetiva. Assim, sobressai certa parcialidade e, até onde conhecemos, incapacidade de uma análise conjunta dos elementos da crise do capitalismo contemporâneo. O que há de novo, a reiteração do capital em crise, deixa de ser apreendido em seus elementos propriamente contraditórios, ou seja, que permitam, inclusive, a superação de sua base constitutiva. Em verdade, por mais interessantes que possam ser os estudos mencionados, eles enfatizam elementos como a financeirização e o endividamento – tal qual autores como Chesnais (1996) e Toussant (2002) –, de maneira menos articulada que o necessário com os outros elementos concretos mencionados, com a lei do valor e com a especificidade do sistema capitalista contemporâneo¹.

Como já mencionamos, isso certamente transcorre porque existem lapsos organizativos e teóricos no próprio marxismo de hoje. Tais insuficiências podem e

¹ Os autores e posições que mencionamos aqui são exemplificativos e não pretendemos, ou julgamos ter a capacidade de, realizar uma análise pormenorizada dos economistas marxistas contemporâneos.

devem ser trabalhadas. Contudo, o elemento não volitivo e constitutivo do ser-propriadamente-assim do presente precisa da devida notoriedade: como defendeu Chasin (2023) em *O futuro ausente*, a maturação das relações sociais de produção contemporâneas talvez não tenha propiciado o surgimento de um agente social interessado na subversão efetiva do capitalismo em sua figura bárbara e cotidiana. Os horizontes do presente ainda não estão claros teórica e praticamente, de tal maneira que o reconhecimento das derrotas do passado e do tempo atual é uma pré-condição para o desvelamento do porvir futuro.

Teorizações interessantes certamente estão disponíveis, não há dúvidas. Não obstante, se formos forçar um pouco as tintas, podemos dizer que não deixa de haver certa oscilação entre uma posição que visa à administração benfazeja das crises capitalistas e um utopismo corajoso, mas abstrato. Diante da impossibilidade imediata da resolução das contradições do modo de produção capitalista, chegam-se às falsas soluções, as quais incapacitam a apreensão crítica e iludem a disposição prática dos agentes sociais capazes de questionar a imediatidade da tragédia e da farsa cotidianas. Há, pois, retroalimentação trágica entre crise da esquerda e ausência de um agente social interessado.

Dessa maneira, a reprodução da crise constitutiva do capital permanece e as crises mais concretas o reiteram de modo agigantado. E, no campo político e mesmo sem uma orientação teórica clara, a pseudoesquerda pretende justamente administrar a crise.

Os que se colocam corajosamente ao lado da esquerda (ou seja, na defesa da necessidade de suprimir o sistema capitalista de produção) também estão destituídos de uma compreensão global do capitalismo contemporâneo e, assim, somente têm buscado soluções meramente verbais e, no limite, nominalistas. De ambos os lados, parece que quanto mais alto se esbravejam motes mais ou menos progressistas, como justiça social, desenvolvimento sustentável ou revolução social e socialismo, mais chance parece haver de tais ideais se tornarem efetivos. Verdadeiramente, as posições à esquerda ou de esquerda correm o risco de encamparem o idealismo contra o qual tanto Marx lutou.

Sem uma compreensão da natureza e da extensão das crises contemporâneas, não há como se posicionar resolutivamente e não existe a mínima possibilidade de responder à velha e ainda atual pergunta: que fazer para solapar de vez o domínio do capital?

A teorização chasiniana não resolve os problemas da esquerda, certamente. Aqueles que pretendem seguir sua trilha (como nós) estão sem respostas também, por óbvio. É premente que reste claro: somos parte da crise da esquerda, e não uma solução pronta para ela. O tempo das crises não é uma época de certezas e de fórmulas prontas, mas de autocrítica, de luta e do reconhecimento das insuficiências de nossas posições.

Estamos, contudo, na época em que parte considerável dos intelectuais parece precisar de algo a se apegar, não para rasgar horizontes, mas para bater no peito e esbravejar velhas certezas desgastadas. Autores célebres como Losurdo (2010) – com sucesso de público – tentaram revitalizar a figura de Stálin, por exemplo. Ademais, hoje, não só se tem uma análise sobre a mudança do centro gravitacional da economia mundial em direção à China, como em Arrighi (2008). Autores prestigiados como Elias Jabbour (2021) defendem, em verdade sem remeter minimamente às condições de vida e de labor da classe trabalhadora chinesa, a ideia de que a China fornece o modelo para o socialismo do século XXI. Eles são bastante claros quando procuram apegar-se à posição segundo a qual “é evidente que o socialismo com características chinesas é considerado por políticos e acadêmicos de todos os quadrantes políticos a encarnação de uma possível alternativa progressista ao capitalismo do século XXI” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243).

Sobre o assunto, não entraremos em detalhes, ou tentaremos refutar conceitos (que julgamos profundamente problemáticos) como “metamodo de produção”, “centralidade ontológica do princípio da cooperação na natureza”, “socialismo de mercado”, “economia de projeto”. Dizemos apenas que a conciliação de desenvolvimentismo e socialismo proposta por Jabbour, e incorporada por outros, é um exemplo daquilo que achamos ser uma reiteração das posições que decididamente precisam ser superadas.

Por essas razões, acreditamos que a denúncia de ilusões, hoje inaceitáveis, é um passo importante. Por conseguinte, é vital o reconhecimento da derrota das esquerdas e da necessidade de sólida fundamentação teórica com a finalidade de que as práticas subversoras das relações sociais contemporâneas voltem à ordem do dia. A defesa da China, por exemplo, sob a premissa de combater conscientemente “intuições idealistas” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243), traz uma posição que, pelo que vemos, é problemática:

Choca-se, em certa medida, com uma das mais ilustres tradições dos

movimentos progressistas: aquela que gira em torno da centralidade da categoria da liberdade – uma tradição enraizada em boa parte da obra do próprio Marx. No entanto, o movimento da classe trabalhadora internacional (em relação ao socialismo como sistema) não está mais em sua infância. Devemos, portanto, evitar repetir noções prometeicas injustificadas, e nos ater a certo grau de pragmatismo. (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243)

Jabbour e Gabriele fazem justamente o oposto do que dizemos ser necessário. A partir da valorização do “socialismo de mercado” e da premissa da compatibilidade entre socialismo e lei do valor, os autores procuram salvar uma sorte de socialismo de acumulação. A reconciliação com o mercado e a relação tranquila com uma espécie de acumulação primitiva socialista – algo profundamente problematizado pelos teóricos soviéticos da década de 1920, como Pachukanis (2017) e Preobrazhensky (1971) – passa a ser uma premissa de aceitação quase técnico-econômica. E, dessa maneira, não só as derrotas da esquerda não são apreendidas. Em verdade, o que há de mais problemático passa a ser um ponto de partida para “uma possível alternativa progressista ao capitalismo do século XXI” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243). O preço de tal empreitada, inclusive, é assumido cinicamente: o abandono da “centralidade da categoria liberdade”.

Também nesse sentido, para tais autores, a busca pelo renascimento do marxismo não teria serventia, primeiramente, porque isso levaria a certo apego a “intuições idealistas”; em segundo lugar, Marx seria culpado por estar envolvido na tradição que – pasmem – valoriza como algo essencial a categoria da liberdade. Ao fim, com os defensores do “socialismo de mercado”, deparamo-nos com uma aposta no mercado, na lei do valor e na crítica à igualdade e, se isso efetivamente configura-se como o socialismo do século XXI, é lícito dizer que há semelhanças gritantes com o capitalismo e com a reprodução do politicamente velho e putrefato. Em verdade, a apologia do mercado, do valor e da não-liberdade é o que vem caracterizando a reiteração das bases sociais do capitalismo em crise e Jabbour e Gabrielle são pródigos nessa apologia. A tragédia da barbárie cotidiana, no melhor dos casos, é pintada com tintas róseas.

Sem diminuir a importância e o relevo das resistências e da defesa contra o avanço bárbaro do capital em sua forma estadunidense, podemos dizer que assumir o fracasso retumbante da luta socialista nas últimas décadas, em verdade, deveria ser o primeiro passo em um momento como o que vivemos. Quando nos vemos administrando crises capitalistas, para que se retome o mote chasiniano, “a esquerda

não rasga horizontes e nem infunde esperanças” (CHASIN, 2000, p. 287). Proclamar apressadamente novos horizontes, apegando-se seletivamente àquilo que se apresenta na imediaticidade ou sem saber quais são ou podem ser as possibilidades reais para o futuro, leva ao idealismo e, em última instância, ao nominalismo estapafúrdio, como “socialismo de mercado”. Nós, por outro lado, concordamos com Chasin quanto à imprescindibilidade da crítica ao “socialismo real” e “de mercado”:

Por isso o “socialismo real” é a *falsificação política* do socialismo, o velamento politicista da inviabilidade material da revolução social. Hoje, reduzido objetivamente a frangalhos, mas *politicamente* reafirmado em sua “reestruturação”, bloqueia as aspirações socialistas pela monstruosidade de suas façanhas políticas. (CHASIN, 2000, p. 199)

Diante da “reconversão administrada da crise em meio de existência” (CHASIN, 2000, p. 182), simplesmente assumir a gestão do modo capitalista de produção significa não propor qualquer programa econômico que tensione as bases da produção capitalista.

Fingir que não existe a crise da própria esquerda e das perspectivas revolucionárias é um equívoco reflexo, que, como tal, redundando em duas vertentes: uma espécie de consciência infeliz que toma por base os arranjos produtivos do capital e, de outro lado, um “certo grau de pragmatismo” (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 243) supostamente socialista “de mercado” em detrimento do caráter prometeico da liberdade.

As posições da pseudoesquerda e da esquerda, portanto, passam longe de rasgar horizontes e o resultado é que “a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana” (CHASIN, 2000, p. 287). Acreditamos que o reconhecimento desses aspectos é fundamental na retomada de um projeto emancipatório digno de tal nome e que consiga questionar as bases da relação-capital.

Ainda sobre a persistência da miséria brasileira e da via colonial do capitalismo

O que György Lukács (1999) afirmou no final de sua vida, infelizmente, continua atual: são raros aqueles que apreenderam de modo correto o pensamento de Marx e, por isso, é imprescindível defender o renascimento do marxismo, inclusive, a partir do

estudo dedicado dos textos marxianos². Porém, não basta compreender a obra do autor alemão cuidadosamente, dado que tentar a transpor sem mediações para a realidade de nossa época é desconsiderar a própria historicidade do ser social. Fazê-lo seria de um esquematismo desprezível que transformaria o pensamento de Marx em um monumento acabado e fechado. Portanto, também urge ir além da obra marxiana e dos clássicos do marxismo (Lukács e, permitimo-nos dizer, Chasin em solo nacional, inclusos) para que se apreendam as especificidades, potencialidades e limites do momento presente.

Pelo que estipulamos, não obstante estudos interessantes e, cada um sob aspectos distintos, proveitosos, essas tarefas ainda não foram suficientemente realizadas objetivando a adequada apropriação das determinações do presente, do tempo das crises. O resultado é que estamos muito aquém da obra marxiana quando seria preciso avançar em relação a ela. E um dos aspectos decisivos quanto a esse ponto é a explicitação das peculiaridades do modo de produção capitalista em cada formação social.

Marx abordou a miséria alemã e a particularidade de países como França, Inglaterra, Estados Unidos, Polônia, Rússia, China, Índia dentre outros. No século XX, Lênin e Lukács sistematizaram o estudo da via prussiana para o capitalismo e a análise desses autores ainda é essencial. Porém, ao abordar o Brasil, é preciso ir além desses estudos.

Admitir as dificuldades e as irresoluções contemporâneas também é decisivo caso se pretenda avançar minimamente na compreensão da situação do Brasil contemporâneo. No plano político, o país passou do bonapartismo da ditadura de 1964 para a autocracia burguesa institucionalizada na Nova República e tal processo envolve inúmeros meandros. Por exemplo, ao abordar o trajeto de Lula, Chasin diz sobre o atual presidente se tratar de um “líder, hoje consagrado, o primeiro de toda história sindical brasileira a presidir assembleias de quase uma centena de milhar de operários” (CHASIN, 2000, p. 82). O filósofo paulista também diz que, nas greves de 1978-79, houve passos decisivos que, ao fim, tocavam o próprio solo da produção, as bases do assim chamado milagre brasileiro e traziam à tona elementos novos que,

² Como também defende Chasin, “a obra marxiana é imortal, a não ser que as possibilidades do homem já estejam definitivamente extintas. Do contrário, se resta alguma esperança – e resta –, há que compreender que a guerra marxiana ao capital é a luta irrenunciável pelo homem” (CHASIN, 2000, p. 204).

ao fim, poderiam eventualmente colocar em xeque a própria constituição hiper-tardia do capitalismo nacional. Ou seja, a organização da classe trabalhadora foi essencial na derrubada da ditadura, assim como foi vital o surgimento do novo sindicalismo e da liderança de Luiz Inácio Lula da Silva.

Hoje, porém, em seu terceiro mandato presidencial, Lula – que recentemente foi alvo de um plano do Exército e dos aliados do ex-presidente Bolsonaro para assassiná-lo – reconcilia-se justamente com os militares e é um dos principais políticos a incentivar a negociação com os elementos mais retrógrados da economia e da política nacionais.

Em suma, um grande líder das massas operárias, juntamente com seu partido político, tornou-se um dos artífices da reconciliação pelo alto e, assim, para que remetamos às palavras de Chasin, “verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumaríssima indicação do problema, que o *novo* paga alto tributo ao *velho*” (CHASIN, 2000, pp. 43-4). A mesma pessoa que figurou como o líder do movimento capaz de questionar substantivamente as raízes da miséria brasileira, hoje, reforça-a de modo farsesco e sem pudores.

Para que não restem dúvidas sobre a importância das greves de 1978-79, veja-se:

E se já houve, em outros tempos, greves maiores que as do ABC, e mais abrangentes, nunca dantes um processo grevista significou tanto e tão profundamente a materialização do advento do historicamente novo. Deixam, os que banalizam as greves como fenômenos corriqueiros, de captar precisamente o que mais importa: a direção para a qual aponta e concretamente se dirige o movimento das massas trabalhadoras – o derrube do arrocho, a construção da democracia, entendida como configuração substantiva, verdadeiro alvo estratégico das maiorias brasileiras. Pois o objetivo das massas trabalhadoras não está simplesmente em forçar que o regime ultrapasse, nesta ou naquela oportunidade, os índices dos reajustes salariais do arrocho. O que lhes interessa é que todo o “modelo” caia; vale dizer que a presença e a luta dos trabalhadores demandam a recomposição completa da equação do sistema produtivo brasileiro. (CHASIN, 2000, pp. 100-1)

O processo grevista de 1978-79 propiciava a potencialidade do advento do historicamente novo. E, como vimos, isso não é pouco. Em verdade, caso o ímpeto das greves tivesse tido um impulso político persistente relacionado à subversão do “modelo brasileiro”, a miséria brasileira poderia estar, em parte substancial, ultrapassada.

Ademais, a “recomposição completa da equação do sistema produtivo

brasileiro” (CHASIN, 2000, p. 100) necessitava efetivamente de um programa econômico teórica e praticamente bem fundamentado, bem como de uma estratégia política concatenada corretamente de acordo com a apreensão reta das especificidades nacionais da formação social capitalista brasileira. A reconciliação do novo com o velho estaria posta em questão, de um lado, devido à existência de um agente social interessado na subversão das bases produtivas nacionais; de outro, a partir da possível apreensão do movimento e das contradições do capital, bem como das possibilidades objetivas que daí surgem e que, ao fim, sinalizariam para a própria superação da miséria brasileira e, conseqüentemente, do modo de entificação do capitalismo tupiniquim³.

Como vimos, contudo, a reconciliação do velho com o novo venceu e ainda tem vencido. Em última instância, mesmo que com inúmeras mediações e meandros, isso passou pelas mãos do mesmo homem, que exerceu funções antagônicas, Lula.

Ademais, em oposição com os países de via clássica do capitalismo, não houve conjunção entre democracia, desenvolvimento burguês e unificação nacional. Como consequência, a via de entificação do capitalismo no Brasil não é a clássica, mas conjuntamente com a via prussiana, pode ser alocada na categoria das vias não-clássicas de desenvolvimento do capital.

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, tendo por eixo a conciliação entre o *ново* emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os *pecados* de todas as formas de estado”. (CHASIN, 2000, p. 42)

A apreensão da particularidade da via de entificação do capitalismo em cada formação social é imprescindível para a transformação consciente da realidade efetiva. Quando compreendidos de modo adequado, os nexos presentes na objetividade, as

³ Como defendeu Chasin, isso é essencial porque “a sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas” (CHASIN, 2000, p. 38).

potencialidades e limites das relações sociais vigentes explicitam-se. Conseqüentemente, a contraditoriedade que antes mencionamos somente é possibilitada em congruência com a especificidade do desenvolvimento do modo capitalista de produção em cada país.

Desta forma, há uma dimensão universal das leis imanentes do sistema capitalista de produção, as quais foram abordadas em *O capital*, mesmo que de modo não exaustivo. Existem também peculiaridades particulares de formas não clássicas da entificação do capitalismo, visíveis, por exemplo, na via prussiana (abordada por Lênin e Lukács) e na via colonial, analisada por J. Chasin. Entretanto, sempre nos deparamos concretamente com a singularidade de cada país em cada época da história. Por essa razão, a explicação do desenvolvimento da relação-capital depende tanto das continuidades entre cada uma dessas dimensões mencionadas quando das descontinuidades e oposições, as quais, ao fim, possuem também uma dimensão única em cada caso concreto. Em palavras diversas, a explicitação dos nexos do real demanda o estabelecimento da diferença específica de cada formação social em cada época distinta, e somente dotados dessa percepção sobre a realidade é factível transformar substancialmente a tessitura da sociedade.

O caráter não clássico do capitalismo brasileiro, em confluência com outras formações sociais que compartilham a particularidade não clássica, como a prussiana, engendra uma forma mais tardia de desenvolvimento da grande indústria. Nesses casos, o modo retardado e retardatário de incremento das forças produtivas remete à conciliação do novo com o velho. Em termos concretos, a classe burguesa, que foi revolucionária na França e na Inglaterra, por exemplo, opera tanto como um agente do progresso quanto da reação em países como Alemanha, Itália e Brasil. A conciliação de classes ligadas a uma espécie de Antigo Regime com classes – como a burguesia e as classes médias – avessas à feudalidade (nos países de via prussiana) ou ao escravismo moderno (como no Brasil) redundam na perpetuação de um modo de existência social em fase de perecimento. O resultado é a ausência de rupturas superadoras e certa oscilação entre polos antagônicos, os quais não se envolvem em lutas explicitamente levadas às suas últimas conseqüências.

As categorias sociais aparecem, portanto, de modo distinto da via clássica. O incremento rudimentar das forças produtivas, bem como o desenvolvimento atrasado da grande indústria, acarreta o pior dos mundos, em que convivem as formas de dominação capitalistas e pré-capitalistas. Nessas condições, o combate do proletariado

moderno ocorre tanto contra a burguesia quanto contra aqueles que a burguesia deveria ter liquidado resolutamente. Por conseguinte, a conciliação apresenta-se na classe burguesa porque ela não é capaz de aliar-se verdadeiramente aos de baixo e prefere uma transição ao moderno capitalismo pelo alto. O resultado é que, econômica e politicamente, não há ruptura e a transformação não supera o velho; antes, reconcilia-se com ele.

As figuras de dominação presentes nas formas não clássicas de entificação do capitalismo são híbridas. Ademais, elas não significam nunca uma junção do melhor de cada constituição política, mas o que há de pior nelas. Com isso, o elemento retardado e retardatário da industrialização redundando em formas políticas, por vezes, estapafúrdias e essencialmente antidemocráticas e elitistas. Porém, o quão tardio é o processo de desenvolvimento capitalista detém relevo para a apreensão de cada caso singular.

Chasin, nesse sentido, infere que há aproximações entre formas distintas de via não-clássica, entretanto, como não poderia deixar de ser, há dissonâncias:

Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “*verdadeiro capitalismo*” alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper-tardio. (CHASIN, 2000, pp. 44-5)

Na medida em que nas entificações tardias do capitalismo o capital avança de modo violento e imperialista, completando-se de modo antidemocrático e belicista, nas formações sociais marcadas pelo desenvolvimento hiper-tardio há subordinação, seja ao capital atrelado aos países de via clássica, seja aos países vinculados à via prussiana.

A Alemanha avança no sentido imperialista e belicista, fazendo da guerra um instrumento de incremento da grande indústria nacional; o Brasil, por outro lado, é levado a uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho e a uma subordinação à dinâmica do próprio imperialismo e, por essa razão, sua industrialização carece de autonomia e de robustez. Mais que isso: “a *industrialização tardia* se efetiva num quadro histórico em que o proletariado já travou suas primeiras batalhas teóricas e práticas” (CHASIN, 2000, p. 34), enquanto a industrialização hiper-

tardia não encontra nada do gênero. Por conseguinte, a configuração das disputas classistas também adquire outra anatomia. A formação do moderno proletariado, ou seja, da classe antagônica à burguesia, tem características distintas e se insere em um processo em que o avanço da grande indústria nacional é verdadeiramente incompletável; nas palavras de Chasin, há no Brasil “o capital incompleto e incompletável” (2000, p. 224). A Alemanha e a Itália chegam à década de 1930 com partidos social-democratas e comunistas robustos, talvez, os mais robustos do mundo na época. No Brasil, o avanço das posições de esquerda é retardado também e o resultado é um desenvolvimento subordinado tanto da grande indústria quanto da oposição ao sistema capitalista de produção. Consequentemente, as diferenças entre o capitalismo tardio e o hiper-tardio não podem ser desconsideradas.

Segundo Chasin, quando a grande indústria começa a dar seus passos na década de 1930 no Brasil, as condições sociais e econômicas trazem, ao mesmo tempo, o capital monopolista e uma imaturidade das lutas do moderno proletariado nacional:

A estruturação dos impérios coloniais já se configurou, a *industrialização hiper-tardia* se realiza já no quadro da acumulação monopolista avançada, no tempo em que guerras imperialistas já foram travadas, e numa configuração mundial em que a perspectiva do trabalho já se materializou na ocupação do poder de estado em parcela das unidades nacionais que compõem o conjunto internacional. Ainda mais, a industrialização *tardia*, apesar de retardatária, é autônoma, enquanto a *hiper-tardia*, além de seu atraso no tempo, dando-se em países de extração colonial, é realizada sem que estes tenham deixado de ser subordinados das economias centrais. (CHASIN, 2000, p. 34)

Os países de via clássica e de via prussiana formam impérios coloniais; o Brasil foi uma colônia, espoliada por esses impérios. A acumulação monopolista, portanto, traz o capitalismo de via colonial como um predicado do avanço imperialista e daquilo que Caio Prado Jr. (2007) chamou de “sentido da colonização”. A industrialização nacional é incompletável por começar no quadro da acumulação monopolista avançada e por ser dependente tanto da atuação maciça do estado quanto do capital estrangeiro. Assim, estipula Chasin (2000, p. 35), “a presença do estado na economia, bem como a detenção do poder em forçosa companhia é da essência mesmo do capitalismo no Brasil desde as ocorrências da década dos 30”. Posteriormente, o autor brasileiro complementa: “se a isto se agrega a presença do capital estrangeiro, os contornos principais estão traçados”. No caso dos países centrais, a consequência de tais fatos é estar a perspectiva do trabalho ou assentada temporariamente no poder

do estado ou reprimida violentamente pela política de extração fascista das décadas de 1930-40. Por conseguinte, se o avanço do capitalismo tardio ocorre à moda da extrema-direita, da guerra e reprimindo um robusto movimento socialista, o avanço do capitalismo híper-tardio tem tanto na democracia quanto no socialismo algo de exótico. Fora de alguns círculos pequenos, a questão, para que se use as expressões de Celso Furtado (1974) e da Cepal, parece ser não o socialismo, mas a relação tensa entre o moderno e o arcaico.

A burguesia nacional dos países de capitalismo tardio adere ao fascismo e ao nazismo, também, ao incrementar – com ferro, sangue, guerras e os métodos mais desumanos imagináveis – as forças produtivas do capital. Tal classe, portanto, cumpre a sua missão de modo brutal e aviltante. A burguesia brasileira, por sua vez, pode até buscar algo “moderno”, mas o faz integrando-se como um elo na cadeia do capitalismo monopolista, ou seja, na forma de uma integração subordinada. A alma burguesa torna-se não só antidemocrática, mas avessa ao avanço do mercado nacional e ao desenvolvimento de uma grande indústria que estivesse acompanhada das lutas do moderno proletariado. Por essa razão, o capitalismo brasileiro – até mesmo hoje, acreditamos – é incompletável. Daí, a resolução da “questão agrária” também ser substancialmente distinta em tais formações sociais, já que a Alemanha traz em seu bojo a oposição entre desenvolvimento capitalista e privilégios feudais ao passo que o Brasil, desde sua colonização, é inseparável de uma forma específica de produção agrária, aquela do latifúndio, até o final do século XIX, essencialmente escravocrata. É verdade que “aos dois *casos* convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva”; entretanto, no caso alemão “se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu”, ou seja, indica Chasin (2000, p. 44), “enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial”. A burguesia brasileira, portanto, foi escravocrata, dependente do tráfico negreiro e, posteriormente, contentou-se com o papel de laçao do capital internacional. Dessa maneira, progressivamente, há o abandono de qualquer pretensão de desenvolvimento nacional autônomo e independente e, também por isso, o incremento das forças produtivas da grande indústria torna-se incompletável em solo nacional e a via colonial de entificação do capitalismo perpetua-se.

Assim, ao cabo de sua formação, o capital incompleto e incompletável

abandona definitivamente qualquer ilusão de autonomia, se é que a teve concretamente alguma vez, e identifica *modernidade* com *integração subordinada*. De modo que seu sonho passa a ser o estabelecimento da *boa parceira*, da vivência e gozo da *boa cumplicidade* com o titã que vem de fora, a um tempo mestre e senhor, o que ensina e eleva, orienta e dirige. O capital inconcluso, sôfrego em sua alma prostituta, se transveste em noiva obsequiosa, disposta aos sacrifícios da purificação, para que o impossível himeneu seja celebrado, inclusive com uma gota de sangue sintético. (CHASIN, 2000, p. 224)

Ao lado do sentido da colonização, consolida-se uma modernização subordinada. A formação do capitalismo nacional certamente remete ao mundo moderno, ou seja, à relação consciente com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A consciência burguesa, porém, pode apresentar um cinismo servil e não qualquer forma de ímpeto de controle das próprias condições de vida. Dessa maneira, Chasin assevera que o máximo que o empresariado nacional está disposto a fazer é buscar ser um bom parceiro e um cúmplice do capital transnacional. A alma da burguesia nacional seria prostituta, tendo em vista que se apresentaria nas formas de alguém de falsos escrúpulos e, também por isso, a figura da formação capitalista brasileira é inconclusa e incompletável. Se o capitalismo de extração prussiana viu a tragédia de sua consolidação, a classe burguesa brasileira tem um papel farsesco no desenvolvimento das forças produtivas do capital. Em síntese precisa, diz Chasin, “a industrialização tardia da via prussiana é o drama, enquanto a industrialização híper-tardia da via colonial é a penosa comédia” (CHASIN, 2000, p. 55)⁴.

Modernização, aliás, foi a palavra de ordem da pseudoesquerda até tempos recentes. A expressão dá vazão teórica ao sentido, primeiramente ilusório, e depois cínico, da entificação do capital no Brasil. Nas décadas de 1950-60, o ímpeto desenvolvimentista (e modernizador) esteve acompanhado de figuras de proa, como Celso Furtado (1974; 1983). A implementação da ditadura de 1964, por seu turno, solapou tal posição e deixou cristalina a natureza subordinada das forças burguesas nacionais. O autor da Cepal, assim, expressou o melhor das ilusões do

⁴ Para que fique mais claro, vale mencionar a posição chasiniana sobre o assunto: “quanto à expansão das forças produtivas. Em ambos os casos o desenvolvimento é lento e retardatário em relação aos *casos clássicos*. Mas enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o *‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, enquanto o brasileiro é híper-tardio*” (CHASIN, 2000, pp. 44-5).

desenvolvimento nacional autônomo, tendo participado teórica e praticamente de governos substancialmente distintos, como os de Juscelino e de Jango. Suas posições foram revistas, posteriormente, por pensadores de calibre infinitamente menor, que deram a tônica dos debates teóricos presentes na institucionalização da autocracia burguesa sob a Nova República. Nesse momento, a retomada de tal concepção trouxe elementos farsescos indisfarçáveis, visíveis, sobretudo, quando a oposição, e mesmo seus mais sofisticados pensadores, como aqueles ligados ao PT e ao PSDB, foram incapazes de trazer qualquer programa econômico alternativo àquele dos gestores do capital atrofico.

Pelo que expusemos acima, tal situação é propiciada, dentre outros aspectos, pela incapacidade de compreender a verdadeira natureza do capitalismo brasileiro, que é híper-tardia. Como resultado, a política (na verdade, o politicismo) da Nova República torna-se um sintoma tanto da forma particular do capitalismo no Brasil quanto da incapacidade da esquerda e da pseudoesquerda de apreender as características constitutivas do processo econômico, que é escamoteado sob a alcunha informe da “modernização”.

O modo pelo qual a farsa do desenvolvimento e da modernização foi concebida dependeu de certo marxismo adstringido, elaborado, sobretudo, no mundo acadêmico e nos partidos próximos aos teóricos da Universidade de São Paulo. Assim, a nata da intelectualidade nacional embarcou na farsa de um projeto que outrora fora ilusório.

Hoje, por outro lado, a situação é, ao mesmo tempo, similar e distinta. Ela é similar porque agora as teorias mencionadas são mobilizadas pela pseudoesquerda, mesmo que em forma de pastiche, com o objetivo de insuflar a militância. Há, porém, disparidades substantivas, porque tais teorias são utilizadas somente de modo cinicamente manipulatório, já que não só não dispõem de qualquer programa econômico alternativo àquele da direita, como também adotam o essencial da posição de direita sem quaisquer escrúpulos. Desse modo, a via colonial adquire contornos, não só farsescos, mas de uma comicidade marcada pelo pastiche. Acrescenta-se a esse fato uma consequência vital para os rumos nacionais: sem desenvolvimento teórico condizente com a situação atual e repetindo de modo irrefletido mantras de outrora, não há qualquer possibilidade de superação da via colonial de entificação do capitalismo. A especificidade híper-tardia do capitalismo tupiniquim reitera-se na e a partir das crises econômicas e políticas que marcam a Nova República, a autocracia burguesa institucionalizada vigente ainda hoje.

O marxismo adstringido da analítica paulista pretendia, como se sabe, compreender a especificidade do capitalismo nacional com o intuito de elaborar um projeto coerente de “modernização”; hoje, no entanto, a pseudoesquerda retoma, na forma de fraseologia, os velhos lemas e, para além disso, ainda os desidrata, revira e escamoteia para que possam se prestar aos fins mais escusos da governabilidade petista. O resultado é o aprisionamento a um capitalismo incompleto e incompletável e, conseqüentemente, a uma situação em que o novo paga tributo ao velho e o reitera.

Continua-se muito aquém da obra marxiana, da necessidade de desenvolver suas conseqüências e da imprescindibilidade de apreender o capitalismo nacional; ademais, as palavras de ordem sobre autoritarismo, dependência, populismo, marginalidade são repetidas incansavelmente pela pseudoesquerda em um momento histórico em que não são mais críveis e, dessa maneira, a via colonial é recolocada diuturnamente, reforçando e se retroalimentando da crise do atual sistema capitalista de produção.

A crise da esquerda e do pseudossocialismo e a abertura para que se rasguem os horizontes: sobre a necessidade de um programa econômico que rompa com a via colonial

A não apreensão das determinações do capitalismo contemporâneo e da especificidade da entificação do capitalismo no Brasil ainda é uma constante. No entanto, como destacamos acima, esse fato não decorre somente de uma cegueira teórica e intelectual, tendo em vista que possui uma base real. Nesse sentido, destacam-se as derrotas da classe trabalhadora, que desempenham um papel considerável e não podem ser desprezadas. No Brasil, em especial, a situação adquire contornos dramáticos quando, ao lado da ausência de uma teoria solidamente fundamentada sobre a especificidade do capitalismo nacional, figura a incapacidade de formular um programa econômico alternativo para o presente.

A análise da via colonial e das derrotas da perspectiva do trabalho ganha um relevo que não é meramente terminológico, mas, sobretudo, prático. Chasin, a esse respeito, reconhece que há, “em suma, colapso prático e teórico, que se constitui em fecho de toda a experiência revolucionária do século” (2000, p. 200). Posteriormente, ele complementa dizendo que tal fato “torna obrigatória a verificação dolorosa de que o século e meio de lutas compreendido entre 1848 e 1989 foi um século e meio de insucessos e fracassos, onde o ‘socialismo’ real é a derrota culminante dessa dura história de derrotas”. Componentes necessários desse cenário são a impossibilidade

de qualquer nostalgia quanto às lutas dos séculos XIX e XX e o reconhecimento de que o tempo das crises traz consigo a crise da esquerda. Assim, a miséria brasileira e a via colonial persistem na medida em que as derrotas do socialismo real e do desenvolvimentismo do século XX são ignoradas, respectivamente, pelos stalinistas nacionais (ou por quem busca uma valorização do “socialismo de mercado” chinês) e pela pseudoesquerda.

Nessa realidade, é preciso assumir que parte dos combatentes de ontem, seja da esquerda, seja da pseudoesquerda, politicamente, são um cadáver insepulto. Nas palavras duras de Chasin, é inafastável reconhecer que a esquerda, tanto em sua época quanto hoje, está morta. Porém, não é devido confundir a morte da esquerda com a extinção da perspectiva histórica da esquerda, já que, “quanto mais concreta for a representação do atual momento desfavorável, tanto mais solidamente poderão ser fundadas as esperanças, pois a *morte da esquerda* não é a *extinção da perspectiva histórica da esquerda*” (CHASIN, 2000, p. 202). Para retomar o que defendemos linhas acima, é vital rasgar os horizontes, mesmo que, para tanto, seja preciso reconhecer derrotas doloridas e a ausência de um agente social interessado na mudança substantiva da produção capitalista contemporânea.

Ligados ao cenário nacional, encontram-se tanto a situação em que a derrota do socialismo real e do desenvolvimentismo se impõem quanto a certeza de que os rumos das sociedades subsumidas ao capital levam à perpetuação das crises e, aqui, aos rumos da miséria brasileira e da via colonial de entificação do capitalismo.

Em poucas palavras conclusivas: tanto o capitalismo quanto o pseudossocialismo são a demonstração historicamente realizada de que o capital, sob qualquer de suas formas, é incapaz de solucionar – para o conjunto dos homens existentes – os problemas de subsistência material, e constitui, de outra parte, o inimigo mortal a ser eliminado, se não se abandona ou renuncia à *empresa humana* e com ela a todo e qualquer sentido de *vida autêntica*. *Em suma, trata-se de não tergiversar: já é sabido onde se chega com o capital no habitat do mercado, e também com o capital desprovido de mercado; o que permanece desconhecida é a experiência de uma vida societária sem capital e sem mercado. E dessa descoberta não se pode abrir mão.* (CHASIN, 2000, pp. 219-20)

Quando a crise da esquerda é proeminente, também emerge no horizonte a possibilidade do reconhecimento cabal sobre a insustentabilidade dos moldes contemporâneos da reprodução ampliada do capital. Conseqüentemente, encontramos em uma situação delicada e de crise, contudo, em suas determinações objetivas, ela remete tanto à inviabilidade das soluções pseudossocialistas e capitalistas quanto

à busca por uma vida autêntica e plena de sentido, a qual coloca-se na ordem do dia. A outra face de Jano da morte da esquerda é a possibilidade e a urgência de rasgar os horizontes. O reconhecimento da derrota, portanto, não conduz ao fatalismo (que é o alimento perfeito da perspectiva da extrema-direita), mas à busca por possibilidades concretas no seio do próprio real. Por isso, infundir esperanças é parte das tarefas essenciais de nosso tempo, com o intuito de propiciar e auxiliar no processo de emergência de um sujeito social interessado na mudança substantiva das relações de produção, de um sujeito que possa solapar a tragédia cotidiana e a barbárie atuais.

Um objetivo verdadeiramente vital, para barrar a extrema-direita e o avanço das figuras mais grotescas de desenvolvimento capitalista, é a busca por uma vida societária sem capital e sem mercado. A direita ocupou de modo avassalador o espaço da luta política e conquistou os corações das classes trabalhadoras com cinismo e com o realismo pueril daqueles que militam a favor da manutenção das excrescências vigentes no sistema capitalista de produção contemporâneo. Tal realismo pueril, porém, não pode subsistir sem uma luta ideológica constante e sem a apologia absolutamente cínica da vida sem sentido e estranhada do capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, a crise da esquerda é uma realidade dura, mas abre perspectivas reais, mesmo que mediante um trabalho futuro que não é simples ou fácil e que demanda doses cavalares de autocrítica. A direita política, por outro lado, reivindica justamente a eternização da barbárie cotidiana como uma solução sem nunca poder dar ensejo ao horizonte de mudança substantiva.

Os programas econômicos da extrema-direita mudam de local para local, por óbvio. Entretanto, um traço comum de todos eles é a revisitação das velhas fórmulas, ainda que sob bases novas. No Brasil, houve o flerte entre a perspectiva de um economista formado na escola de Chicago, como Paulo Guedes e, como mencionamos, o programa liberalizante e agressivo do Chicago boy nacional acabou sendo derrotado nas eleições de 2022. Também tivemos a oportunidade de referir que o ex-professor Fernando Haddad, atual ministro da fazenda de Lula, não traz quaisquer perspectivas que superem o legado de Guedes ou as leituras ortodoxas da economia. A persistência da via colonial, por conseguinte, ainda é um traço decisivo do capitalismo brasileiro e as atuais esquerda e pseudoesquerda nada conseguiram ou conseguem para superar tal situação.

O processo social que envolveu o surgimento do novo sindicalismo, na década

de 1980, chegou a colocar em xeque a existência subordinada do capitalismo de via colonial nacional, certamente. Porém, a combatividade dos trabalhadores na década de 1970 e as teorias sobre o populismo, o autoritarismo, a dependência e a marginalidade (o quadrúpede teórico criticado por Chasin) acabaram por se unir e, ao fim, malograr em conjunto. Assim, aquilo que hoje se tenta recuperar na forma de pastiche já estava marcado por sérios problemas na própria década de 1980:

Basta dizer que o PT é o encontro da combatividade sindical dos últimos anos da década de 70, que preencheu de maneira notável o vácuo escandaloso a que fora reduzido até mesmo o movimento corporativo dos assalariados, pela conduta omissa, quando não diretamente desmobilizadora, da esquerda tradicional, com os representantes e o clima teórico-ideológico do conjunto de teses elencado mais atrás. De maneira que o renascimento firme e pujante da movimentação dos trabalhadores veio, assim, a submergir na atmosfera politicista, quando buscou os caminhos da organização e das definições políticas. Por consequência, ao inverso do que se daria num rumo *de esquerda*, com seu desenvolvimento o PT simplesmente politicizou a prática sindical, não extraiu da lógica do trabalho a política que supera a política, isto é, ficou nos limites do *entendimento político*, não se alçou à política norteada pela *razão-social*. (CHASIN, 2000, p. 258)

O petismo expressou o encontro das teses defendidas pela analítica paulista com a combatividade do novo sindicalismo. A força e as limitações do movimento advinham dessa comunhão *sui generis*, a qual, como mencionamos, não deixou de trazer potencialidades consideráveis. Entretanto, conjuntamente com as possibilidades que reemergiram no final da década de 1970 e no começo da década de 1980, reforçou-se um *modus operandi* já antigo e vinculado a uma forma de entendimento essencialmente voltada aos limites da política. Ou seja, a oposição real à ditadura, ao mesmo tempo, começava a tocar o essencial, localizado no arrocho salarial, e procurava avançar sem um programa econômico alternativo, voltando-se, sobretudo, a um rearranjo mais ou menos engenhoso da esfera política. Por conseguinte, aquilo que Chasin chamou de razão social não norteou real e efetivamente a política, mas foi subordinado aos limites estreitos dessa última, dando ensejo à comunhão entre via colonial e um entendimento limitado da política.

Dessa maneira, conjuntamente com a ausência de uma política econômica alternativa, consolidou-se o politicismo. Ou seja, sem um programa econômico rigoroso e alternativo, resultaram o apego à política e à cristalização dos horizontes que deram suporte material ao estado, à divisão social do trabalho, à propriedade privada e ao mercado e, por essa razão, a via colonial de entificação do capitalismo

restou intocada.

A politização da prática sindical não levou esta última além dos seus limites imediatos. Pelo contrário, a espontaneidade das lutas políticas da classe trabalhadora das décadas de 1970 e 1980 se subordinou ao entendimento político mais imediato, retirando do horizonte um rumo verdadeiramente de esquerda. Nesse cenário, mesmo que meramente de modo verbal, a palavra socialismo começa a desaparecer e a combatividade sindical iniciou um percurso que se tornou uma sombra pueril do que já havia sido.

O resultado foi a desmobilização da esquerda e da classe trabalhadora, subordinando todo movimento ao calendário eleitoral e não à lógica do trabalho, que, em verdade, é a única capaz de se opor às determinações do capital. Com isso, concluiu-se que o vácuo deixado pela pseudoesquerda não é novo e está presente desde que a institucionalização da autocracia burguesa começou a tomar forma, no final da ditadura.

Por conseguinte, não surpreende que as tarefas da esquerda tenham sido secundarizadas e que, quando finalmente chega ao poder, em 2002, o petismo seja um pastiche de si mesmo. Os espaços ligados à elaboração de um programa econômico foram ocupados pela direita, que, sob alcunha de “tripé macroeconômico”, impôs limitações que, na prática, inviabilizaram qualquer programa econômico diferente do seu.

Conseqüentemente, o politicismo não é simplesmente uma denominação para certa lida limitada com a máquina estatal e com a incapacidade de criticar a estrutura hierárquica que culmina na organização burocrática da política. Em verdade, o politicismo formou os atuais gestores do capital atrofado, justamente por redundar na incapacidade de formulação de programas econômicos alternativos àqueles da direita.

Por seu turno, isso significa que as tarefas da esquerda, mesmo aquelas mais modestas, restam obstaculizadas e a via colonial é repostada diuturnamente. O resultado acaba sendo a perda de apoio popular dos jargões da pseudoesquerda, ligados à justiça social, à crítica ao autoritarismo e à insistência – mais que justificada – de que aqueles ligados à ditadura e aos ideais advogados durante o período de 21 anos que sucedeu o primeiro de abril não devem ter acesso à máquina estatal e ao aparato repressivo ainda presente no estado brasileiro. Insistimos, com J. Chasin, “quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”

(2000, p. 287).

A gestão do capital atrofico transforma-se na operacionalização da barbárie que se tornou não mais tragédia, mas uma farsa cotidiana. A pseudoesquerda, na melhor das hipóteses, faz o papel de uma direita moderada, e a consequência desse processo é que, tanto de 2002 a 2016 quanto – de modo ainda mais problemático e cínico – hoje, há perda de crédito por parte das ideias de esquerda e, assim, a direita ganha terreno e ocupa espaços. A ausência de um programa econômico e o predomínio do politicismo propiciam o surgimento de uma esquerda e uma pseudoesquerda que se apresentam como um cadáver insepulto, na medida em que procuram realizar tarefas que nem sequer seriam pequeno-burguesas, mas, na verdade, burguesas.

Ademais, não se trata de uma burguesia qualquer, mas daquela classe que, no Brasil, é marcada pela regressividade e que se tornou incapaz de levar a cabo até mesmo a industrialização e os ímpetus progressistas do domínio inerentes ao capital dos países de via clássica. Ainda sobre as tarefas burguesas, o avanço de forças produtivas, obtido de modo brutal nos países de via prussiana, também não se apresenta no seu horizonte. Em função dessas características da via colonial, os governos petistas têm perdido sustentação, por gerirem de maneira hipócrita a barbárie e a farsa cotidianas, que se impõem no capitalismo de via colonial. Tudo se passa na pseudoesquerda transmutada em governismo como se fosse viável gerir o domínio do capital, ainda mais em um cenário em que ela não se opõe à via colonial de entificação do capitalismo.

Tais traços, como mostrou Chasin, já eram visíveis no começo da década de 2000, em especial, quando se observam os processos sucessórios nas eleições:

É nesta condição objetivamente fantasmagórica de – *campo ausente* – que a esquerda comparece ao processo sucessório em curso, oferecendo seus sucedâneos no polo da radicalidade burguesa. Ou seja, ocupando o espaço que a incompletude de classe do capital está impedida de preencher. Pelas suas limitações intrínsecas, a perspectivas do capital atrofico não se estende sequer aos limites de sua inerência enquanto capital, ficando muito aquém de sua própria universalidade genérica, ou melhor, particulariza a particularidade de interesses que há século e meio já destituiu o estado proprietário dos fins universais da humanidade. Assim, abantesma embrechado no oco do capital, a esquerda se limita e esgota *na esquerda* de uma legalidade que lhe é estranha e que a desfigura. Todavia, é enquanto tal que ela comparece ao pleito presidencial e enquanto tal tem de ser considerada em seus diversos braços ou representações. (CHASIN, 2000, pp. 231-2)

O espaço da esquerda apareceu – e ainda aparece – como um campo ausente.

Também nesse sentido a esquerda está morta e é incapaz de rasgar horizontes.

Ademais, nesse cenário, na melhor das hipóteses, alcança-se a radicalidade burguesa e, assim, há uma inversão, tendo em vista que as tarefas burguesas começam a ser realizadas pela esquerda. E há um duplo aspecto nessa inversão: de um lado, ela possui uma razão objetiva, ligada à necessária incompletude (e ao caráter incompletável) do capital e da classe capitalista em um país de extração colonial. De outro, o ímpeto necessário para realizar essa tarefa pela esquerda poderia levar não só à efetivação das tarefas da burguesia, mas também daquelas da classe trabalhadora. Nesse sentido, a constatação prática da incompletude e da incompletabilidade do capital poderia rasgar horizontes para a superação de um modo específico de entificação do capitalismo e, ao fim, sob circunstâncias específicas, em última análise, do próprio capitalismo. No entanto, com a esquerda ausente em seu campo, atua-se no terreno do inimigo, obstaculizando suas próprias potencialidades. Assim, o resultado não é mais trágico, mas farsesco, tratando-se de um pastiche daquilo já visto no pré-1964 e, depois, na década de 1980, e que desfigura a anatomia da esquerda e da própria oposição ao domínio do capital.

A existência da esquerda aparece como nada menos que uma fantasmagoria, cuja realidade depende da mera insistência verbal em seus ideais, agora, já transfigurados em jargões vazios. Ao se apegar às limitações intrínsecas ao capital atrofado, a esquerda e a pseudoesquerda acabam dando lugar a um mundo duplicado: de um lado, as ilusões expressas nos mencionados jargões, de outro, o pragmatismo mais vil daqueles que intentam se colocar como gestores “de esquerda” do capital atrofado.

Em tal cenário, a face *citoyenista* obviamente é derrotada pela determinação prática de uma legalidade estranhada, que desfigura qualquer projeto de esquerda e, ousamos dizer, hoje, à esquerda. A ausência de um projeto econômico resulta em um politicismo que nem sequer traz consigo uma espécie de boa vontade impotente, mas supostamente ingênua. Antes, imiscuído na legalidade do mercado, da reprodução do capital e do estado, o politicismo dos atuais gestores do capital é ainda mais adstringido e leva à incapacidade de qualquer projeto econômico alternativo e, assim, acaba se tornando um ideário putrefato, que redundando no rebaixamento de expectativas populares de modo bastante claro. A direita, por sua vez, ocupa o espaço de modo brutal, porém assume a barbárie como constitutiva do próprio real, sem hipocrisias e, também por isso, cresce no tempo das crises.

Por via de consequência, a crise da esquerda está acompanhada de um rebaixamento das expectativas populares, que, agora, estão mais expostas à fraseologia que afirma a imprescindibilidade do mercado e do estado ou, colocando em termos mais concretos, do capital e do aparato repressivo da classe burguesa. Como consequência, a concepção de mundo da extrema-direita dispõe de um terreno fértil, que se consolida sobre a terra arrasada da esquerda.

O politicismo da esquerda e da pseudoesquerda já parecem sentimentalismo e hipocrisia e, no tempo das crises, todos sabem que isso não é e nem pode ser resolutivo. A barbárie cotidiana ganha terreno em um momento, como já defendemos acima, propício para a perda das ilusões. A questão é qual a natureza da destruição dessas ilusões, vinculada ao cinismo da extrema-direita ou ao projeto de emancipação de que não se pode abrir mão, e ligado à “experiência de uma vida societária sem capital e sem mercado” (CHASIN, 2000, p. 220). Nesse sentido, estão renovadas as opções colocadas por Rosa Luxemburgo. Hoje, mais do que nunca, as alternativas colocadas à humanidade, e ao Brasil, são socialismo ou barbárie transformada em tragédia cotidiana.

Conclusão: um futuro ainda ausente e a persistência da miséria brasileira como pastiche do politicismo

A ocasião da republicação de *A miséria brasileira* marca a reiteração de um capitalismo incompleto e incompletável, com todos os seus problemas. Nesse sentido, a via colonial de entificação do capitalismo ainda marca o Brasil. Por conseguinte, a atualidade do texto de J. Chasin é de uma real infelicidade, ocasionada pela perpetuação da barbárie transformada em tragédia cotidiana. Ademais, o cenário é ainda pior do que aquele analisado pelo filósofo paulistano, porque a esquerda e a pseudoesquerda procuram mobilizar as massas com meros pastiches de seus ideais pretéritos. O quociente dessa equação é a incompreensão da especificidade do capitalismo de via colonial, a ausência de uma política econômica, o idealismo atroz e um politicismo desidratado que, como elencamos, possibilita o rebaixamento das expectativas populares

A esquerda torna-se um campo ausente de modo ainda mais radical, reproduzindo hipocritamente os jargões do quadrúpede teórico da analítica paulista além de, pragmaticamente, utilizar-se do aparato categorial da economia vulgar, cristalizada no monetarismo e na ortodoxia que caracterizam o “tripé macroeconômico”. Nesse caso, as consequências práticas do petismo têm sido a perda

de credibilidade do ideário de esquerda (ou à esquerda), a crença de que, ao fim, não há alternativa para a via colonial e para o domínio do capital e, não menos importante, derrotas estrondosas da classe trabalhadora.

Como argumentamos acima, esse cenário propicia a perda de ilusões, certamente. Contudo, isso ocorre de modo dúplice e, atualmente, extremamente problemático. De um lado, resta claro que o pseudossocialismo, o desenvolvimentismo e a economia de mercado como um todo levam à barbárie contemporânea. De outro, porém, evidencia-se que a perda das ilusões não leva necessariamente ao questionamento da ordem do capital, mas pode acarretar o crescimento do realismo cínico da extrema-direita. Por conseguinte, a mesma situação que encadeia a atualidade do projeto socialista está acompanhada de uma oposição brutal e violenta a qualquer forma de progressismo. A esquerda e a pseudoesquerda estão mortas porque seus jargões são ou abstrações idealistas corajosas ou lamentos sentimentais hipócritas. A extrema-direita, por seu turno, alimenta-se dessa incapacidade de a esquerda rasgar os horizontes, ocupando os espaços deixados e ganhando o coração das massas envoltas na tragédia da barbárie cotidiana. A situação é dura e precisa ser reconhecida, caso se deseje minimamente varrer da história a ameaça, bastante real e presente, do domínio e da hegemonia das facetas mais atroztes do capital.

O receituário que vem sendo propagandeado pelo petismo é a chave para mais derrotas, é a reiteração do velho e putrefato. Nesse sentido, se a extrema-direita se alimenta do anacronismo de uma esquerda e de uma pseudoesquerda mortas, é imprescindível tanto admitir as derrotas do século XX e do passado recente quanto reiterar que a única maneira de resolver os problemas do tempo das crises está na alternativa socialista. O trabalho para viabilizar tal alternativa é enorme, mas necessário. Ele envolve, dentre outras tarefas, o reconhecimento das derrotas mencionadas; a busca pela compreensão (ainda não disponível) da tessitura do capitalismo contemporâneo; a apreensão reta das peculiaridades do capitalismo de via colonial; a elaboração de um programa econômico sólido, fundamentado e alternativo; o retorno aos fundamentos de uma análise marxista da história; o avanço diante dos clássicos do marxismo; a elaboração contemporânea da crítica da economia política; a reiteração do projeto emancipatório a partir da perspectiva do trabalho; o surgimento de agentes sociais interessados na transformação substancial do sistema capitalista de produção contemporâneo; a organização política adequada à necessidade de superação dessa situação.

Aqui, não procuramos trazer qualquer receituário pronto. Pelo contrário, deixamos muito claro que somos parte da crise da esquerda e, também por isso, somos parcela (é verdade que conscientes de nossas limitações e da miséria do presente) dos problemas elencados. A realização dessas tarefas demanda um trabalho coletivo e doses agigantadas de autocrítica. De um lado, J. Chasin nos traz justamente a insistência na imprescindibilidade desses elementos; de outro, simplesmente reafirmar que os pontos de partida do filósofo paulistano ainda são atuais não nos leva muito mais longe. Concluímos ao reiterar a necessidade dos primeiros passos para a superação da perspectiva putrefata da esquerda e da pseudoesquerda contemporâneas. Também de modo infeliz, não podemos realizar mais que isso, mas fazemos questão de destacar que o momento da perda das ilusões abre espaço tanto para que se rasguem horizontes quanto para que o horizonte do capital seja perpetuado de modo explícito, violento e brutal.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Trad. Beatriz Medida. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CHASIN, J. **A miséria brasileira**. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- CHASIN, J. *Ad Hominem*: rota e prospectiva de um projeto marxista. **Revista Ensaio Ad Hominem**, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. IV, 2001.
- CHASIN, J. **O futuro ausente**. Verinotio Livros: Rio das Ostras, 2023.
- CHASIN, J. O futuro ausente: para a crítica da política e o resgate da emancipação humana. **Verinotio: revista online de filosofia e ciências humanas**, Rio das Ostras, n. 15, ano VIII, 2012.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- FOSTER, Jonh Bellamy; MAGDOFF, Fred. **The great financial crisis**. Nova York: Monthly Review Press, 2009.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril cultural, 1983.
- GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2001.
- LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Trad. Leila Prado. São Paulo: Hucitec, 2005.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOSURDO, Domenico. **Stálin: história crítica de uma lenda negra**. Trad. Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- LUKÁCS, György. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. Trad. Cristina Alberta

- Franco. Santo André/Viçosa: Ad Hominem/UFV, 1999.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Trad. Muniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O capital** (Livro I). Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital** (Livro II). Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, Karl. **O capital** (Livro III). Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo Cesar Castanheda. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PACHUKANIS, E. P. **Teoria geral do direito e o marxismo**. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- PREOBRAZHENSKY, E. **La nueva economía**. Trad. Felipe Sarabia. México: Ediciones Era, 1971.
- RAGO FILHO, Antônio. A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulistana. **Revista Verinotio**, n. 9, 2008.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. O futuro ausente no presente: o pastiche do politicismo e a unilateralidade no tratamento da política. **Revista Verinotio**, Rio das Ostras, v. 28, n. 1, 2023.
- SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado. São Paulo: Unesp, 1990.
- TOUSSANT, Eric. **A bolsa ou a vida**. Trad. Equipe Perseu Abramo. São Paulo: Perseu Abramo, 2022.

Como citar:

SARTORI, Vitor Bartoletti. Via colonial, o tempo das crises e a necessidade um programa econômico de esquerda: socialismo ou a tragédia da barbárie cotidiana ainda hoje. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 30, n. 1, pp. 318-351, Edição Especial: *A miséria brasileira*, 2025.